



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ

Prefeitura Municipal de Itaituba

PARECER JURÍDICO

Motivo: Prorrogação de Prazo de Execução

Contrato n.º: 20180364– Tomada de preço nº 015/2018

Contratada: TDL SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA EPP

Objeto: Contratação de serviços especializados em engenharia civil para reforma do acesso e da Praça da Paz do Município de Itaituba.

Trata-se de análise da possibilidade de aditamento para prorrogação de Prazo de Execução do Contrato Administrativo nº 20180364.

O pedido foi instruído com o Termo de Aceite da Contratante e justificativa da Secretária Municipal de Infraestrutura, fundamentando para a prorrogação de Prazo de execução.

Foi informado que o **prazo de execução se estenderá até 21 de Julho de 2020.**

No que concerne à prorrogação do prazo da vigência do contrato, verifica-se que a possibilidade da solicitação ora formulada se encontra consubstanciada no artigo 57, § 1º, II e § 2º da Lei 8666/93 que assim determina:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

(...)

§ 1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente atuados em processo:

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

§ 2º Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.

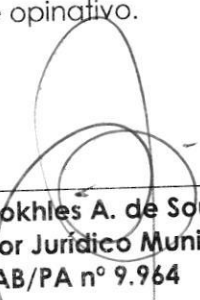
Analisando o procedimento realizado, verifica-se que o requerimento formulado se restringe a prorrogação de prazo de Execução, sem aditamento de seu valor e a possibilidade jurídica resta amparada no art. 57, II, §2º da Lei 8.666/93.

Ademais, nota-se que o mesmo se encontra regular, sem qualquer prejuízo à Administração Pública.

Em sendo assim, observado o Prazo de Execução do aditamento contratual, bem como os documentos reguladores fiscais da empresa, e a justificativa apresentada, **OPINO** pela possibilidade de realização do aditivo requerido, nos termos do artigo 57, II, § 2º da Lei 8.666/93.

Parecer não vinculante, meramente opinativo.

Itaituba, 21 de Novembro de 2019.


Atemistokhles A. de Sousa
Procurador Jurídico Municipal
OAB/PA nº 9.964